

Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa - tradições e mudanças (1985-1995)

José Machado Pais

Resumo: A partir de um levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a Juventude Portuguesa, ao longo da última década (1985-1995), ensaia-se um balanço das principais evoluções de pesquisa no período considerado, tomando por referência alguns tópicos importantes de investigação: *identidade e culturas; transições e carreiras; estudos transversais e diversos*. O número de publicações incrementou-se significativamente da primeira para a segunda metade da década considerada, com especial relevância para os estudos relacionados com as «condutas de risco» - indicador bem revelador de como as problemáticas científicas no domínio da juventude são permeáveis aos «pânicos sociais» gerados pelos problemas sociais que afectam a juventude portuguesa. Em contrapartida, pouca atenção tem sido dada às trajetórias de exclusão social determinadas por razões de natureza étnica, diferenças regionais ou de género.

Palavras-chave: Jovens; Socialização; Condutas de risco.

1. Introdução¹

O levantamento bibliográfico que agora se publica e o esboço analítico que o acompanha justifica-se, em parte, pelo surto importante de publicações na área da Juventude, no decurso da última década. Durante o regime salazarista, muito embora os jovens fossem considerados um campo de investimento político, sempre os esforços se concentraram na sua socialização, de uma forma ideologizada e estadualizada, para melhor os enquadrar. Assim se compreende a criação, em 1936, da *Mocidade Portuguesa*, organização que procurava precisamente inculcar nos jovens os valores de amor à Pátria, ao Império, à Família e a Salazar. Somente nos anos 50-60 a *juventude* emergiu como «questão social». É a partir de

então que os jovens se constituem num declarado *problema* - quer do ponto de vista social quer sociológico. Como na época se reconhecia, o «problema» pareceu emergir, com particular fulgurância, nos meios universitários. As instituições universitárias encaminhavam-se para uma crise generalizada. Começavam a ser invadidas por contingentes de alunos que largamente suplantavam as capacidades de absorção de uma procura que crescia com lentidão mas problemáticamente. Por outro lado, cristalizadas em moldes institucionais recebidos de uma época historicamente ultrapassada, «isoladas» do meio social envolvente, impossibilitadas de corresponder às novas necessidades e solicitações resultantes do desenvolvimento económico, as universidades portuguesas careciam de uma reforma geral - e a verificação dessa carência preocupava certos círculos mais progressistas da sociedade portuguesa, como algumas facções da Igreja Católica, que se terão dado conta, no anterior regime, de que os problemas do ensino superior e da juventude se revestiam, para a sociedade portuguesa, de essencial importância, do ponto de vista económico, social, cultural e político. Dir-se-ia estar a Igreja preocupada com as futuras elites dirigentes saídas das universidades, sucessoras potenciais das elites retrógradas então dominantes. Não por acaso, a *Acção Católica Portuguesa* (organização oficial de leigos) lança na década 50 um importante e pioneiro *Inquérito à Juventude Universitária*, coordenado por aquele que foi o grande impulsionador da Sociologia em Portugal, Prof. Sedas Nunes. Sob sua direcção surgem na década 60 outras investigações sobre a juventude portuguesa, designadamente a universitária: um novo *Inquérito sobre a Situação e Opinião dos Universitários*; um conjunto de estudos realizados no âmbito do Gabinete de Investigações Sociais sobre a *Universidade na Vida Portuguesa*; e um conjunto importante de reflexões teóricas sobre a problemática das «*gerações na sociedade moderna*».

Os movimentos estudantis surgidos em Portugal na década de 60, ter-se-ão organizado indirectamente contra as gerações mais velhas e directamente contra um poder e um regime político que não facilitava a participação dos jovens a nível institucional. A Guerra Colonial mais exacerbava a oposição dos jovens ao regime *salazarista*. A revolução de *Abril de 1974* bastante ficou a dever a estes movimentos juvenis. Com a revolução democratizante, a estrutura da sociedade portuguesa sofreu notórias transformações. Ao longo destas últimas duas décadas, assistiu-se a uma considerável mobilidade social, acompanhada de um crescimento significativo das classes médias. Ao esvaziamento das classes associadas ao mundo rural (campesinato, proletariado rural e algumas franjas da pequena burguesia tradicional), contrapôs-se uma juventude cada vez mais

«urbana». Com a urbanização da juventude a sua problematização (social e sociológica) ganhou, também, novos contornos.

O acesso dos jovens ao mercado de trabalho ficou cada vez mais dependente da evolução do sistema produtivo, evolução essa marcada quer pela incidência da crise económica manifestamente visível a partir da década 70, quer pela modernização das estruturas económicas (redução do emprego agrícola e do desemprego disfarçado na agricultura, crescentes índices de terciarização e urbanização, renovação dos processos de trabalho, mudanças na organização e gestão empresariais, incorporação de novas tecnologias, etc.). A convergência destes factores originou uma situação particularmente difícil para os jovens portugueses que começaram a sentir a ameaça do desemprego e a falta de perspectivas profissionais, justamente numa época em que poderiam esperar muito mais do recém instaurado regime democrático.

Outros factores contribuíram para a *compressão* do emprego juvenil. Entre 1970 e 1980, a população activa aumentou em cerca de 20% - consequência provável da forte redução da emigração, da crescente participação feminina em actividades produtivas remuneradas, do movimento de retorno de repatriados das ex-colónias e do fim da guerra colonial (*“Nem mais um soldado para África”* - assim receberam os jovens a revolução de Abril). Ou seja, se a emigração e a guerra colonial foram importantes factores de manutenção do aparente equilíbrio do mercado de trabalho até meados da década 70, a posterior expansão do desemprego, nomeadamente entre os jovens, parece instalar-se como tendência duradoura. Em 1981, 62% da população portuguesa desempregada dizia respeito a jovens dos 15 aos 24 anos. A *precarização* laboral dos jovens foi também acompanhada pela sua *periferização* em torno de um *mercado de trabalho secundário*, pronunciadamente segmentado por *tipo de trabalho, sexo e idade*.

Se, nos finais dos anos 60, a juventude era um «problema» na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos, políticos e culturais - conflito que era essencialmente protagonizado por uma vanguarda de estudantes universitários “esclarecidos” -, a partir da década 70, os «problemas» de emprego e de entrada na vida activa tomaram, progressivamente, a dianteira. A juventude quase se transformou numa *categoria económica*. Falar de jovens passou a significar falar de crise económica e dos problemas daí derivantes: problemas como o aumento dos custos sociais do desemprego; ou como o desfasamento crescente entre, por um lado, o desenvolvimento tecnológico e, por outro lado, a desqualificação escolar de significativas camadas

juvenis; mas também problemas sócio-políticos já que longos períodos de desemprego poderiam originar descontentamentos e estar na base de comportamentos «agressivos» ou «delinquentes» entre alguns jovens.

Ao longo das duas últimas décadas, o processo de transição para a vida activa comandou uma boa parte das pesquisas sobre a juventude. Saídos do sistema de ensino - precocemente, em muitos casos - sem diplomas ou com diplomas desvalorizados, impunha-se interpretar e explicar o “interregno” entre a escola e o emprego. No quadro de alguma literatura sociológica e de alguns discursos políticos emerge a tese da «inadequação da escola ao mercado de trabalho», como justificadora desse interregno. Como na tese da «alergia dos jovens ao mundo do trabalho», bastante em voga por toda a Europa nos anos 70, a juventude é conceptualizada como uma entidade homogénea. Num caso, os jovens seriam atacados pela alergia do trabalho; noutro caso, seriam afectados pela inadequação da escola ao mundo do trabalho. No entanto, abria-se a porta a um mundo de interrogações que viriam a ser exploradas por outros estudos mais orientados para a destruição do mito da juventude como entidade homogénea: por exemplo, as dificuldades de inserção profissional traduziriam uma suposta inadequação da escola ao trabalho ou um campo privilegiado onde se exerceria a selecção social?

Ao longo dos anos 80, a juventude constituiu-se, pois, não apenas num campo privilegiado de intervencionismos político-administrativos de vária ordem, como também se revelou um objecto de crescente interesse científico - ou não fossem os objectos comuns de pesquisa realidades que atraem a atenção da investigação por justamente serem realidades que se tornaram notadas, visíveis, problemáticas. Nunca como durante os anos 80 a juventude portuguesa havia sido tão questionada, tão debatida, tão sondada. O reduzido conhecimento que até então se tinha sobre a realidade juvenil justificou, em certa medida, a adopção de metodologias de «arroteia», com recurso a arados que melhor proporcionassem um desbravar da realidade, da qual, repita-se, pouco ou nada se conhecia. Essas metodologias de «arroteia» foram os inquéritos extensivos, de natureza quantitativa, que se realizaram ao longo dos anos 80 e os «arados de arroteamento» foram as sondagens de opinião que serviram de base ao lançamento desses inquéritos. O Inquérito do *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento* (IED), realizado em 1983, à escala nacional, foi uma iniciativa fundamental e com achados interessantes em áreas como a família, o ensino e a escola, a inserção e a participação social dos jovens, as representações sociais, ou os comportamentos e as atitudes face à sexualidade. Antes, em 1982, tinha sido lançado, também à escala nacional, pelo *Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis* (FAOJ), um outro

inquérito sobre os comportamentos, aspirações, desejos e expectativas dos jovens portugueses.

Ainda nos anos 80, no *Instituto de Ciências Sociais* (ICS) da Universidade de Lisboa, começam a desenvolver-se uma série de estudos sobre o sistema educativo, o mercado de emprego, a participação política e a criminalidade e delinquência. No *Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa* (ISCTE), lançavam-se também as bases de um importante observatório longitudinal respeitante aos estudantes do ensino superior. Em 1986, a *Fundação Gulbenkian* apoia a realização de um Inquérito a Jovens Universitários sobre «conflito de gerações, conflito de valores», Inquérito integrado num vasto projecto sobre «Portugal, ano 2000».

Posteriormente (1987/88), o Ministério da Juventude solicita ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa a realização de um inquérito nacional aos jovens dos 15 aos 29 anos, contemplando as seguintes áreas problemáticas: a educação e a escola; o trabalho, o emprego e a profissão; os jovens e o futuro - expectativas e aspirações; usos do tempo e espaços de lazer; a convivialidade e a relação com os outros; dinheiro e bens materiais; a identidade nacional e social dos jovens. Na sequência deste Inquérito, o Ministério da Juventude apoia financeiramente a constituição de um *Observatório da Juventude* que contemplou, de início, as seguintes áreas de investigação: a) emprego e o desemprego juvenil; b) juventude universitária; c) mobilidade geográfica e sócio-profissional dos jovens; d) consumos e culturas juvenis; e) marginalidade e delinquência juvenil; f) gerações, valores sociais e modos de vida juvenis. Os principais produtos de investigação deste *Observatório* têm sido publicados numa linha editorial própria: *Estudos de Juventude* (Cadernos do Instituto de Ciências Sociais).

Os anos 90 marcaram uma diversificação das abordagens disciplinares e metodológicas à condição juvenil. As aproximações «extensivas» complementaram-se com abordagens mais intensivas e qualitativas, com uma valorização crescente de metodologias etnográficas e antropológicas. Novas problemáticas de investigação se constituíram, mais orientadas para os processos de formação das culturas juvenis e suas principais manifestações, com relevância das condutas de risco, nomeadamente a toxicod dependência. Em várias Faculdades e Institutos Universitários surgiram as primeiras teses de mestrado e doutoramento, indicador importante de como a juventude se começou a consagrar como objecto de estudo.

2. A bibliografia recenseada: tópicos de pesquisa

A bibliografia seleccionada resultou de uma inventariação das obras disponíveis em várias bibliotecas de Lisboa: para além da Biblioteca Nacional e da Biblioteca do Ministério da Educação, recensearam-se as bibliotecas das seguintes instituições universitárias: ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa².

Da bibliografia seleccionada respeitante ao período de 1985 a Agosto de 1995, contam-se 105 artigos e 122 livros, monografias ou teses. Algumas publicações de carácter não científico foram também consultadas, mas não contempladas na bibliografia final. As obras científicas retidas (n=242) foram analisadas em função da sua natureza (distinguiram-se os artigos dos livros, monografias e teses), do período de publicação (1985-89 e 1990-95) e das áreas temáticas que se constituíram em objecto de pesquisa (quadro 1).

Quadro 1: Publicações, por temas de pesquisa, entre 1985 e 1995

Tópicos	1985-89			1990-95			1985-1995
	Artigos	Livros	Sub-total	Artigos	Livros	Sub-total	Total
Identidade e culturas	14	17	31	35	28	63	94
– Socialização	10	9	19	14	12	26	45
– Condutas de risco	4	8	12	21	16	37	49
Transições e carreiras	4	19	23	19	20	39	62
Estudos transversais e diversos	12	19	31	21	19	40	71
Total	30	55	85	75	67	142	227

Em traços sucintos, pode-se dizer que o número de publicações se incrementou significativamente do primeiro para o segundo quinquénio da década considerada, graças a uma mais que duplicação do número de artigos publicados. Confrontando os dois períodos (gráficos 1 e 2), destaca-se também uma subida muito considerável de publicações tendo como objecto de estudo as *condutas de risco* (12 para 37) e as *transições e carreiras* (23 para 39). Vejamos, de seguida, quais os principais eixos

problemáticos e os dados mais relevantes dessas pesquisas, em cada uma das áreas analíticas.

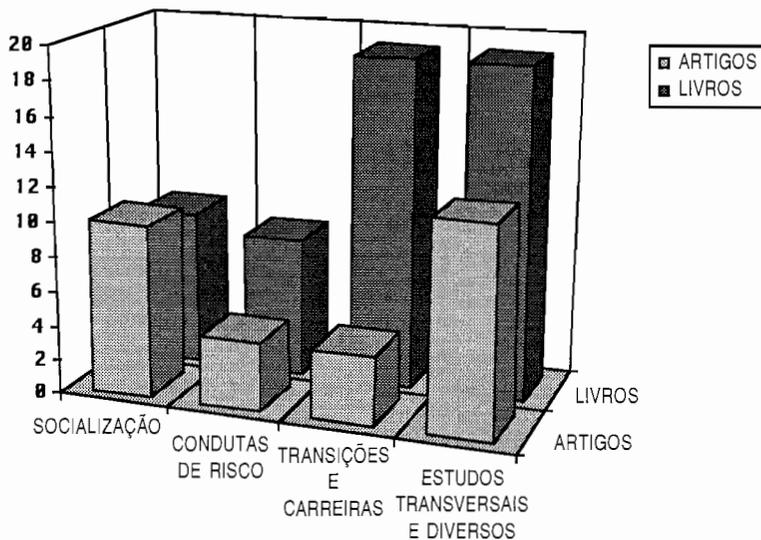


Gráfico 1: Publicações, por temas de pesquisa, entre 1985 e 1989

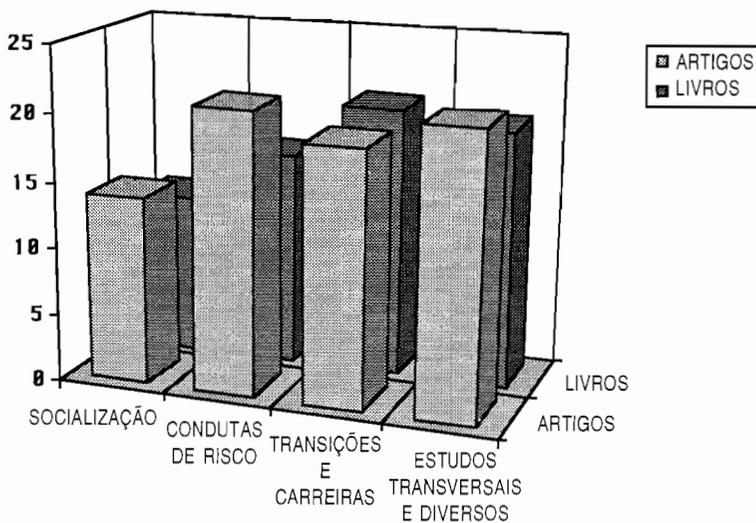


Gráfico 2: Publicações, por temas de pesquisa, entre 1990 e 1995

3. Identidades e culturas juvenis

Na última década deu-se uma importante viragem nas formas de representação da identidade dos jovens e suas expressões culturais. Até então, as *teorias da socialização contínua* tinham sido dominantes e, mesmo durante a crise universitária dos anos 60, não deixavam de ser reconhecidas as atitudes positivas dos jovens universitários em relação a algumas instituições tradicionais, como a família. Em contrapartida, as várias sondagens realizadas ao longo dos anos 80, sem propriamente revelarem graves conflitos intrafamiliares ou intergeracionais, mostram-nos outra realidade interessante: em termos culturais, os jovens parecem tomar como *modelo de referência* os seus companheiros, dando uma grande importância à convivialidade com os seus amigos, em diferentes contextos sociais.

Vejam, para começar, algumas importantes dimensões desses *contextos de socialização* na formação das identidades e culturas juvenis, ao longo desta última década. De seguida, passaremos em revista manifestações da cultura juvenil associadas a *condutas de risco* que, mais recentemente, têm gerado algum «*pânico moral*» (toxicodependência, sexualidade/AIDS, delinquência). Com efeito, quer as políticas da juventude, quer as investigações dirigidas ao conhecimento da realidade juvenil têm-se centrado nos problemas dos jovens que mais se traduzem por *disfunções sociais*, como é o caso do insucesso escolar, das dificuldades de inserção profissional, da delinquência, marginalidade e outras situações de risco.

3. 1. Os contextos de socialização

3.1.1. A família

O Inquérito IED (1983) mostrava que os jovens tinham imagens francamente positivas da família. Essas imagens positivas mantiveram-se globalmente no Inquérito ICS (1987/8). Cerca de 80% dos jovens revelaram que as suas relações com os pais iam «bem» ou «muito bem». Neste Inquérito explorou-se também o grau de autonomia que os jovens desfrutavam em casa dos pais e os dados foram bastante reveladores: 81% dos jovens inquiridos admitiam estar na cama até às horas que lhes apetecia, 75% levavam para casa os amigos, 58% decoravam o quarto com liberdade e 43% chegavam à noite a casa à hora que queriam.

Num inquérito mais recente realizado num dos maiores concelhos suburbanos de Portugal (Inquérito de Loures/1993), explorou-se a per-

cepção dos jovens sobre a casa onde viviam, como centro de vida familiar. A maioria deles valorizou positivamente o espaço doméstico, nomeadamente o conforto (74%), a felicidade (48%), o descanso (49%) e a privacidade (44%). Os conflitos entre pais e filhos foram também explorados, tendo emergido ocasionalmente alguns problemas por desrespeito de regras (para 50% dos jovens), questões escolares (39%), más companhias (38%) e problemas de dinheiro (27%). Por outro lado, os Inquéritos de Loures (1993) e ICS (1987/8) revelaram que, dos jovens vivendo com os pais, apenas cerca de 20% continuariam, se pudessem escolher, a viver nessa situação.

3.1.2. Os amigos e a convivialidade

Os vários estudos realizados nesta área têm mostrado que as culturas juvenis assentam, em grande parte, em apertadas redes de sociabilidade, as quais possibilitam, entre os jovens, uma afirmação identitária, de natureza individual e geracional. Tanto o Inquérito FAOJ (1982) como o Inquérito IED (1983) sugeriam a importante função integrativa dos amigos. Do mesmo modo, o Inquérito ICS (1987/8) revela que cerca de 80% dos jovens convivem habitualmente com amigos. Dos que convivem em «grupo», a larga maioria encontra-se com os amigos três a quatro vezes por semana e mais de metade (57%) todos os dias. Como quer que seja, tanto o Inquérito IED como o Inquérito ICS revelam que a maioria das famílias tem o costume de receber em casa os amigos dos jovens, costume que é mais acentuado entre os jovens de condição social mais favorecida. Tais dados sugerem o carácter *endoclassista* das sociabilidades juvenis. Aliás, as relações das famílias dos jovens que convivem em grupo foram também exploradas, chegando-se à conclusão de que a maior parte das famílias se conhecem e dão bem. Os contextos de formação dos grupos de amigos têm também sido analisados, tornando-se evidente que a escola e o bairro (vizinhança) aparecem como os principais espaços de iniciação ao convívio grupal. Quanto à composição sexual dos grupos, ela é maioritariamente constituída por rapazes e raparigas (em cerca de 80% dos casos). Alguns estudos etnográficos mostram, contudo, que em meios operários a convivência juvenil encontra-se segregada sexualmente e espacialmente (os rapazes convivem nos cafés e na rua e as raparigas em casa).

As redes de relacionamento que envolvem os jovens têm sido analisadas em diferentes áreas: na área do *lazer/diversão* os jovens relacionam-se preferencialmente com os amigos; na área da *comunicação/conversaço* os namorados/cônjuges rivalizam com os amigos; na área do

futuro/decisões os pais aparecem como interlocutores importantes, bem como os namorados/cônjuges, sendo estes últimos também os preferidos na área que respeita a temas da *vida íntima*.

3.1.3. A escola

A escola tem sido estudada como um importante *agente de socialização* dos jovens. Os obstáculos ao acesso e ao sucesso escolar têm sido inventariados e analisados, bem assim como as práticas pedagógicas e as relações entre professores e alunos. A satisfação dos jovens estudantes com diferentes aspectos da escola e do ensino tem também sido investigada, tendo-se chegado à conclusão que os estudantes se mostram insatisfeitos com as instalações e equipamentos escolares mas, em contrapartida, bastante satisfeitos com o convívio que têm com os colegas. A valorização da escola por parte dos estudantes tem sido avaliada em função de três dimensões: a *convivialidade*, a aquisição de *conhecimentos/status* e a obtenção de *certificação/status*. A dimensão da convivialidade é sistematicamente a que tem sido mais valorizada. Aliás, ao investigarem-se os *espaços da escola* onde os jovens se sentem melhor a ordem de preferência é a seguinte: recreio/pátio, sala de convívio/cantina, ginásio/campo de jogos, sala de aula e biblioteca.

Vários estudos sugerem que a convivialidade juvenil aparece fortemente influenciada por uma «ética de diversão» que não está ausente do contexto da escola. O Inquérito de Loures (1993) revela que cerca de 70% dos jovens costumam faltar às aulas para se divertirem e que cerca de um em cada dois jovens já por mais de uma vez pregou partidas a professores. É costume também faltarem às aulas para andarem à conquista de jovens do sexo oposto, para se meterem com outros grupos de jovens e, com menos frequência, para apanharem bebedeiras ou fumarem «charros».

Tem sido também recenseada a opinião dos estudantes sobre aspectos que poderiam contribuir para uma melhor organização do ensino: 44% dos estudantes reivindicam *melhores instalações* (escolas), sendo também reinvidicados *melhores professores*, *maior participação dos alunos*, maior facilidade de *acesso ao ensino superior* e *maior comunicação com os professores*. As relações entre professores e alunos têm também sido investigadas tendo-se chegado à conclusão de que, para além dos contactos que, pelo simples facto de se ser estudante, os jovens têm vulgarmente com os professores (por exemplo, perguntar qual é a matéria que vem para um teste, ou porque razão se obtém uma classificação inferior à que se esperava ou pedir explicações complementares sobre um ponto da

matéria que se percebeu mal, etc.), a esmagadora maioria dos estudantes não costuma falar com os seus professores sobre assuntos pessoais, sexuais, profissionais, de desporto, culturais ou políticos.

3.1.4. O lazer e o consumo

A centralidade do lazer nos quotidianos juvenis tem vindo a ser bastante acentuada em investigações recentes. Os jovens portugueses valorizam bastante o lazer e, quando questionados sobre se desejariam desfrutar de mais tempo livre, 70% responderam afirmativamente - percentagem semelhante àqueles que afirmaram não desejar ter mais tempo nem para aulas, nem para trabalho profissional ou trabalhos domésticos (Inquérito ICS, 1987/8).

O comportamento das audiências juvenis (TV, rádio, cinema e imprensa) tem também sido pesquisado, constatando-se, ao longo da década 80, um significativo aumento de amplitude entre o perfil das audiências juvenis e adultas, com uma maior exposição aos media por parte dos jovens. Dados sobre a procura cultural dos jovens revelam (Schmidt, 1993) que, em 1990, cerca de 91% dos jovens entre os 13 e os 17 anos vêem televisão todos os dias. A frequência do cinema é também dominada pelo factor idade, uma vez que é na faixa dos 18 aos 24 anos que se encontram os espectadores mais assíduos: 40,5% desses jovens foram regularmente ao cinema em 1990. Atenção particular começa também a ser dada ao efeito das diferentes combinatórias de capitais detidos pelos jovens (capital económico, social, cultural e simbólico) sobre a cultura mediática e outras práticas culturais. A atitude passiva, alienada e conformista que, por vezes, é associada aos pólos receptores dos *media* tem sido questionada, evidenciando-se que, entre os jovens, os tempos livres proporcionam reais oportunidades de realização pessoal e de participação social. Aliás, o que dá mais satisfação aos jovens nas suas actividades de tempos livres (Inquérito ICS, 1987/8) é o convívio com os amigos (para 60% deles) e as próprias coisas que fazem nessas ocasiões.

As práticas de lazer aparecem intimamente associadas a uma «ética consumista», uma vez que grande parte das despesas juvenis são de natureza *lúdica* (cinema, espectáculos musicais, guloseimas, discos, cassetes, discotecas, bares, jogos, produtos de beleza e tabaco). A investigação sobre as despesas habituais dos jovens revela que enquanto as despesas *formativas* (despesas escolares) e *básicas* (alimentação, vestuário, transportes) são pagas pela família, as despesas *lúdicas* são feitas com o próprio dinheiro dos jovens. As principais *fontes de obtenção do dinheiro* são o trabalho (para os jovens que já trabalham) e a família (para os

estudantes e desempregados). As *fortunas juvenis* e os *sonhos de aquisição* foram também pesquisados, sendo que no primeiro caso se salientam objectos triviais de uso quotidiano (relógios, jóias, calculadoras, gravadores, rádios, bicicletas), enquanto que as aspirações de consumo se centram em audiovisuais (máquinas de filmar e vídeo) e computadores. Outros aspectos da vida económica dos jovens foram investigados (Inquérito ICS, 87/8): a *posse de conta bancária* (existente em 41% dos casos), a *propensão à poupança* (verificável em 67% dos inquiridos), as *razões de poupança* (à cabeça: ter dinheiro para quando quiser comprar alguma coisa), a *importância dada ao dinheiro* (bastante ou muita para 83%) e as *razões dessa importância* (à cabeça: «quem tem dinheiro pode gozar muito melhor a vida» e «quem tem dinheiro é mais livre de fazer o que quer»).

3.1.5. A política e o associativismo

A participação política dos jovens tem sido pesquisada e, sistematicamente, têm-se revelado baixos índices de envolvimento dos jovens com a política. Ou seja, não obstante o protagonismo dos jovens na *Revolução de 1974*, as gerações jovens, actualmente, parecem actuar como uma larga e mera maioria consumidora de decisões políticas. Os níveis de participação política da juventude parecem, de resto, poder imputar-se a uma fraca politização e aculturação política dos portugueses em geral (Cruz, 1985). A participação política dos jovens é maior à esquerda e no sexo masculino, e é também interpretável sob o registo de uma aculturação política que faz com que, por tradição cultural, a esquerda seja mais participativa do que a direita - o mesmo se podendo dizer da cultura masculina em relação à cultura feminina (Cruz, 1995).

De entre vários aspectos da vida (realização profissional, segurança material, vida familiar, vida afectiva e tempos livres) a *participação social e política* é valorizada apenas por 3% dos jovens portugueses (Inquérito ICS, 1987/8). Contudo, quando se explora a adesão dos jovens a grandes «causas sociais» verifica-se que, embora apenas uma minoria irrelevante esteja disposta a lutar pela defesa de ideologias políticas, há outras causas sociais (e políticas) que colhem a adesão juvenil: a paz, a luta contra a miséria, a defesa da família, o desarmamento nuclear e a protecção da natureza.

O associativismo juvenil tende, em Portugal, a fugir aos padrões mais formais, institucionais ou dirigistas e a centrar-se em redes de sociabilidade informais que os jovens desenvolvem, entre si, na sua quotidianidade. As associações a que os jovens mais aderem são as recreativas e as

desportivas - justamente aquelas para onde podem transportar as suas dinâmicas de convivialidade.

3.2. Condutas de risco

3.2.1. A toxicodependência

Com o início da década 90, os *media*, a Igreja e os partidos políticos alargaram o debate público em torno do consumo da droga, da delinquência e da SIDA. Particularmente controverso é o debate em torno da despenalização e da liberalização do uso de drogas. Por Resolução do Conselho de Ministros (nº 27/87 de 31 de Março) cria-se o primeiro *Plano Integrado de Combate à Droga (Projecto Vida)*, a que se segue, em 1990, um mais estruturado *Programa Nacional de Combate à Droga* (Resolução do Conselho de Ministros nº 17/90 de 21 de Abril). O *Projecto Vida* integra o *Observatório Europeu das Drogas e Dependências*, criado pela Comunidade Europeia em 1992, como instrumento de informação sobre a situação do fenómeno das drogas na Europa, suas causas, consequências e evolução. Do *Projecto Vida* fazem parte: o *Observatório Permanente do Projecto VIDA* que funciona como Centro e Vigilância Epidemiológica das Toxicodependências; e o *Gabinete de Planeamento de Combate à Droga*, orientado para a recolha e tratamento de informação sobre a droga e seus agentes. Este Gabinete, dependente do Ministério da Justiça, tem desenvolvido esforços de pesquisa, ao longo desta última década, no âmbito do projecto *Estudos em Meio Escolar*. A iniciativa pretende caracterizar a situação dos estudantes portugueses face ao consumo de droga, quer em termos de perfis de consumo, quer em relação às medidas de prevenção. O conjunto de volumes intitulados «Droga - Meio Escolar: Perfis Regionais e Risco» disponibilizam uma vasta informação que tem vindo a público desde 1986/7, numa acção em que aparecem envolvidas outras instituições estatais como a *Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário* e a *Representação Sectorial do Projecto Vida*, do Ministério da Educação. Os indicadores de estudo seleccionados partem do princípio de que a toxicomania escapa a qualquer aproximação unilateral do fenómeno e contemplam, como hipótese forte, a possibilidade de o consumo de droga estar essencialmente ligado a «desequilíbrios» relacionais no meio social de origem dos alunos (família), meio ocupacional (escola) e demais espaços de convivialidade e lazer. Curiosas, também, são as preocupações de etiquetagem (*labelling*) que transparecem nestes estudos, ou seja: em que medida é que o «problema» da droga

respeita à medicina ou à justiça, no pressuposto de que aquele que consome drogas pode ser um «doente» ou «delinquente».

Em 1995, o *Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência*, patrocinado pelo Alto Comissário para o *Projecto Vida*, lança a revista *Toxicodependências* cujos temas preferenciais se orientam para o «aprofundamento da teoria e da prática terapêutica a nível biológico, genético, psicológico, social e a elaboração das estratégias de prevenção, de reinserção e de intervenção comunitária». O lançamento da *Toxicodependências* parece corresponder ao desejo e à necessidade de explorar lacunas de investigação que têm ficado à margem das observações clínicas e das teorizações que normalmente remetem para diferentes tipologias de toxicodependentes, na sua maioria unifactoriais. Essas lacunas sugerem a necessidade de investigar «os hábitos e estilos de vida dos consumidores de substâncias psico-activas que não são abrangidos por instituições de saúde e/ou prisionais, ou porque nunca chegaram a ser dependentes, ou porque, tendo-o sido, abandonaram os consumos sem recurso a apoio clínico».

Em 1990, a Câmara Municipal de Lisboa lança um Plano Municipal de Prevenção à Toxicodependência, desenvolvendo algumas linhas de pesquisa para fundamentar as suas acções de prevenção e combate à toxicodependência. Um dos seus mais significativos estudos surge em 1993, tendo por tema a «Adolescência e relações interpessoais em meio urbano», em colaboração com o Grupo de Ecologia Social do Laboratório de Engenharia Civil. As questões formuladas através de um Inquérito por questionário, passado em várias escolas de Lisboa, procuravam conhecer as modalidades de consumo de droga e o ambiente sócio-afectivo dos jovens e suas características sócio-demográficas. O Inquérito permitiu ainda traçar um «perfil do experimentador» e a discussão das diferenças mais significativas entre as dicotomias de experimentador vs. não experimentador. O estudo sugere que a experiência de droga se encontra associada a diversos factores que vão das características sócio-demográficas dos agregados familiares dos jovens a características inerentes aos próprios inquiridos, passando por factores de ordem escolar, como os percursos escolares e alguns dos seus precalços (repetências e absentismo escolar). Outro dos resultados interessantes deste estudo aponta para o facto de a iniciação à droga se fazer no contexto dos grupos de amigos - os quais se constituem nas escolas ou nas ruas que os jovens frequentam, ou seja, fora de casa ou do controlo dos pais, aproveitando a mobilidade que a frequência de escolas possibilita.

3.2.2. A sexualidade e a AIDS

O Inquérito de Loures (1993) reúne um conjunto interessante de indicadores sobre a sexualidade dos jovens, aportando dados sobre a iniciação sexual e sobre a necessidade, manifestada pelos jovens, de esclarecimento e apoio técnico por serviços especializados no domínio da sexualidade. Cotejaram-se as fontes de informação às quais os jovens normalmente recorrem para se informarem sobre questões sexuais, métodos contraceptivos e doenças que podem ser sexualmente transmitidas, como a SIDA. Questionaram-se quais as fontes de informação reais (e desejadas) sobre sexualidade que os jovens tiveram (ou gostariam de ter tido). Explorou-se o recurso que os jovens fazem aos métodos contraceptivos (ou se admitem utilizá-los e quais) e, finalmente, confrontaram-se diferentes opiniões, atitudes e avaliações sobre a vida sexual que permitiram descortinar importantes representações sobre a sexualidade, reveladoras de consensos ou diferenciações significativas entre os jovens.

Os dados do referido Inquérito mostram que apenas uma minoria dos jovens inquiridos (18%) associa as relações sexuais à função procriativa, levantando-se a hipótese de a difusão da planificação familiar e dos métodos contraceptivos ter ajudado à modulação de uma sexualidade descentrada ou livre de necessidades procriativas ou reprodutivas. Aliás, as relações pré-matrimoniais são perfeitamente aceitáveis por 90% deles. E não se trata apenas de uma aceitação ao mero nível ideológico, uma vez que mais de 70% desses jovens admitiram já ter tido relações sexuais, sendo a iniciação sexual feita, entre muitos deles, em baixos escalões etários (antes dos 17 anos). A «hipótese repressiva», levantada por Foucault, que sugere uma periferização das sexualidades marginais (prostituição, homossexualidade, etc.), tem sido confrontada com a «hipótese da diversidade» que parece ganhar terreno entre os jovens, uma vez que a maioria deles (65%) pensa que a sociedade deveria permitir todos os tipos de relacionamentos sexuais (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade).

Os métodos contraceptivos mais utilizados pelos jovens são os preservativos, a pílula e o coito interrompido. A percentagem dos que recorrem ao coito interrompido (37%) é intrigante, mas ao mesmo tempo indiciadora de importantes facetas da sexualidade juvenil. As hipóteses que têm vindo a ser discutidas sugerem que: em primeiro lugar, o relacionamento sexual dos jovens é, em muitos casos, accidental, fortuito ou esporádico - por tal motivo recorre-se ao método natural do «coito interrompido»; em segundo lugar, é admissível que o receio de engravidarem (no caso das raparigas) ou de poderem vir a provocar uma gravidez (no

caso dos rapazes) seja bastante maior que o receio de contraírem doenças sexualmente transmissíveis, como a SIDA; em terceiro lugar, ao recorrerem a tal método, os jovens poderão estar a alimentar uma sexualidade dominada pela frustração e pelo temor, limitando de forma repressiva e pouco salutar o desenvolvimento do prazer, numa relação potencialmente inibidora, envolvendo o parceiro/a da relação.

3.2.3. A delinquência

São vários os estudos que se têm orientado para a caracterização da delinquência juvenil e suas principais tendências de evolução. As estatísticas da criminalidade sugerem, aliás, que a delinquência é cada vez mais juvenil (pelo menos a delinquência registada). Para apanhar os «delinquentes», duas estratégias têm sido seguidas: numa tradição mais antiga, a tendência tem sido a de pesquisar os delinquentes apanhados nas malhas do sistema judiciário-policial. Contudo, nesta estratégia, os jovens caídos nas malhas do sistema são apenas aqueles que são «etiquetados» pelo dito sistema; problema adicional resulta do facto de, no grupo dos «não delinquentes», sempre existirem delinquentes que «não o são» por terem escapado às malhas do sistema. Ou seja, é o sistema que decide quem é ou não delinquente. Mais recentemente, tem-se considerado relevante o estudo da delinquência fora do sistema judiciário-policial, ainda que os critérios usados para a *etiquetagem* não se afastem muito dos que são usados pelo controlo social.

O que as estatísticas e estudos da delinquência juvenil têm revelado é que esta - tal como oficialmente se mede - tem uma particular relevância nas classes baixas e uma fraca incidência nas altas. A partir daqui surgiram teorias gerais sobre o comportamento delituoso que sustentam que a criminalidade juvenil está concentrada nas classes baixas e é originada pela pobreza ou por características a ela pretensamente associadas: bairros populares degradados, famílias detioradas, debilidade mental, desvios psicopáticos. A questão que mais recentemente se coloca é a de saber qual o contexto de validade dessas teorias. Muito provavelmente elas são válidas porque derivam de amostras envezadas, na medida em que não incluem amplas áreas de comportamento delituoso de jovens que pertencem a classes médias elevadas. Aliás, os processos que provocaram a acção do Tribunal relativos à vitimização, à marginalidade e à inadaptação (processos que afectam sobremaneira as classes mais desprotegidas) ultrapassam os processos de infracção penal. No fundo, subsiste a questão: quais são mecanismos de selecção que explicam o aparecimento sistemático dos jovens de classes inferiores nas estatísticas da Justiça? Como

quer que seja, as *teorias da aprendizagem social* têm adquirido uma significativa relevância, ao evidenciarem que a conformidade aos grupos ou bandos condiciona determinadas opções ou atitudes de vida entre alguns jovens: roubar, consumir droga, abandonar a escola, etc. Alguns estudos sugerem que a *aprendizagem* das «condutas desviantes» implica também uma desvalorização, por parte de alguns jovens, dos valores admitidos como normais pela «sociedade», sendo que essa aprendizagem se apoia num reforço vicariante tendo por base alguns valores de referência tipicamente juvenis.

4. Transições e carreiras

Os mais interessantes estudos sobre os processos de transição dos jovens para a vida adulta têm sido analisados com recurso à perspectiva metodológica do *curso de vida*, procurando-se investigar como determinados processos de socialização se organizam em vários tipos de transmissões: de modelos, de condutas e atitudes, de valores e interditos, de recursos linguísticos, económicos ou patrimoniais. Aos cursos de vida têm sido associados dois tipos de temporalidade: um *tempo de transição*, que pauta a assunção e o abandono por parte dos jovens de diferentes papéis sociais; e um *tempo de sincronização* entre trajectórias individuais e familiares. A este nível, uma questão que se tem colocado é a de saber como os jovens planeiam e organizam a sua vida quotidiana através do curso de vida e como projectam as suas trajectórias em «alpendres» fundamentais desse curso: a escola, o emprego, o casamento ou saída da casa dos pais.

Alguma atenção tem também sido dada à contextualização histórica e social das trajectórias dos jovens e ao encadeamento de temporalidades e de ritmos sociais imbricados e diferentes. Assim, a «opção» de alguns jovens portugueses, mesmo de camadas sociais mais desfavorecidas, em prolongarem os estudos, tem sido associada ao fenómeno do desemprego e ao consequente alongamento do período de inserção profissional.

4.1. Aspirações e objectivos de vida

As aspirações e objectivos de vida constituem tópico de pesquisa dos vários Inquéritos aos Jovens, realizados em Portugal na última década. Têm sido trabalhados indicadores de satisfação global com a vida e em domínios mais particulares (relações com os pais, com os amigos, amor,

habitação, férias e tempos livres, perspectivas de futuro profissional e pessoal). Cotejaram-se aspectos de vida mais valorizados pelos jovens e os factores que estes consideram exercer maior influência no seu futuro (Deus, destino, sorte, evolução das condições do país/região, iniciativas de trabalho, “cunhas”, dinheiro). Os factores mais importantes para o futuro de Portugal têm sido questionados, havendo uma consensualidade em torno do desenvolvimento económico, do aumento do emprego, da melhoria das condições de vida e do desenvolvimento da ciência/técnica. Em contrapartida, os factores que aos jovens inspiram maior receio são o aumento do desemprego, a degradação das condições de vida e o lento desenvolvimento económico.

Alguns estudos mostram como os jovens fazem depender o seu futuro de condicionalismos de vária ordem, inclusivamente do futuro do país, em relação ao qual as expectativas são, de um modo geral, optimistas. Aliás, os sentimentos dos jovens sem relação a Portugal têm sido explorados e as imagens positivas são bastante mais destacáveis que as negativas.

As *opções de vida* têm sido analisadas em relação a dois eixos: um que vai do centramento individual ao acentuamento relacional e participativo; outro que vai da focagem preferencial no quotidiano à preparação do futuro.

4.2. Estratégias escolares

Aspectos vários do sistema de ensino, incluindo as reformas pedagógicas, têm sido objecto de múltiplas pesquisas que não foram contempladas no nosso inventário bibliográfico por privilegiarem bastante mais as dimensões organizacionais, administrativas e legislativas do sistema de ensino do que propriamente a realidade estudantil ou juvenil. Muita dessa literatura tem feito balanços críticos dos efeitos da «unificação» do ensino secundário e da supressão do ensino técnico, após a revolução de Abril de 1974. Tem-se questionado se a «unificação» não foi um caminho para a «exclusão», em vez de ter propiciado uma maior igualdade de oportunidades e resultados.

Algumas problemáticas de estudo, orientando-se para as actividades que os alunos desenvolvem na escola e suas implicações para o processo educativo, têm equacionado uma questão controversa: de que é que mais depende o «processo educativo»? De variáveis *endógenas* ou *exógenas* à escola, incluindo as actividades que os alunos desenvolvem fora dela?

Nos estudos que consideram que o processo educativo depende, em grande parte, do que se passa dentro da escola e, em particular, das

actividades que os alunos nela desenvolvem, as dimensões de análise exploradas têm sido: os espaços da escola; a influência dos estabelecimentos de ensino sobre o sucesso escolar; a caracterização quantitativa da avaliação escolar; a quantificação do tempo de permanência dos alunos na escola (com ou sem actividades lectivas); a participação dos alunos nos órgãos de gestão; o estudo dos universos mais informais de convivibilidade juvenil, nos espaços adentro da escola. Parte-se do princípio de que a eficácia ou a melhoria do processo educativo depende, em grande parte, de factores endógenos à escola e, em particular, da participação dos alunos na vida da escola: implicando-os na tomada de decisões e na planificação de actividades; atribuindo-lhes espaços próprios; facultando-lhes uma maior autonomia, etc.

Nesta perspectiva, valorizadora dos factores endógenos da escola, questionam-se criticamente as abordagens que privilegiam as variáveis macro-sociológicas na análise do insucesso escolar, desvalorizadoras dos contributos que a própria escola pode dar para diminuir as desigualdades. A explicação das desigualdades pelas diferentes origens sociais poderia mesmo funcionar como desculpabilização dos docentes e da própria escola, relativamente às responsabilidades que têm na facilitação dessas desigualdades. Medidas exógenas - e compulsivas - tendentes a melhorar o processo educativo, seriam, nesta perspectiva, bastante discutíveis. Por exemplo, a injeção de mais capital na educação, o aumento da formação de professores e a redução dos alunos por turma, poderiam, por si só, não ser suficientes para se alcançarem resultados significativos no rendimento dos alunos.

Nos estudos que consideram que o processo educativo depende fundamentalmente de factores exógenos tomam-se as teorias de Nisbet (social change) como modelo, na suposição de que nenhuma estrutura muda por factores endógenos. E mais: a escola em si, funcionando como uma «identidade persistente», ofereceria resistência à mudança. Este controverso debate não tem impedido a descoberta de linhas de continuidade entre a escola e o que se passa fora dela. De resto, o «lugar físico» da escola não é coincidente com o «espaço social» da escola. As culturas escolares transbordam para fora da escola: há informações sobre alunos que são transportados ao hospital por bebedeiras apanhadas fora da escola; outros saem em grupo da escola para frequentar cafés, etc.

Sendo Portugal um país em vias de desenvolvimento, com tradições rurais, tem-se explorado o choque entre a expansão da escola urbana e a cultura rural, enfatizando-se, como uma das características do Portugal semi-periférico, os efeitos da escola e da escolaridade obrigatória sobre tradicionais modos de vida e estratégias familiares. Alguns estudos têm

posto em causa o *modelo neo-liberal* em que assentam os «discursos da modernização» por encobrirem efeitos negativos de uma excessiva tecnocratização do ensino.

Têm sido exploradas as representações dos estudantes em relação à escola, as suas aspirações relativamente a determinados níveis educativos, as opções entre continuar a estudar ou começar a trabalhar, os desempenhos escolares, a propensão ao abandono da escola e razões que a fundamentam.

4.3. Estratégias profissionais

O Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Ministério da Educação têm dados estatísticos que alimentam um «Observatório de entradas na vida activa». Alguma atenção tem sido dada aos fluxos de mobilidade geográfica e sócio-profissional, entre os jovens, induzida pelo sistema de formação profissional. Têm-se também esboçado análises sobre aspectos estruturais e funcionais do sistema de formação profissional, contemplando os protagonistas (estudantes, formadores e responsáveis), métodos, técnicas, pedagogias, instituições, políticas e condicionantes gerais (económicas, legislativas, históricas e culturais).

Nas sondagens realizadas têm sido aferidas as atitudes dos jovens em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego. Conhecem-se as formas que os jovens consideram mais eficazes para que sejam atendidas as reivindicações dos trabalhadores (as negociações são preferidas em detrimento das greves e manifestações de rua). Há ainda informação sobre a idade com que os jovens começam a trabalhar, frequência de mudanças de emprego, relações contratuais e meios a que os jovens recorrem para conseguir (ou tentar) arranjar emprego.

Nas trajetórias dos jovens da escola para o trabalho têm sido exploradas diferentes vias e modelos. Numa via - de *socialização para o emprego* - contrapõem-se um «modelo tradicional» e um «modelo de busca autónoma». Entre as classes sociais situadas nos extremos da hierarquia social (classes elevadas e populares) parece predominar um *modelo tradicional*, onde o peso das redes sociais familiares, amicais e vizinhas (pedidos, recomendações, cunhas) é ainda relevante na busca de emprego; em contrapartida, entre as classes médias, parece predominar um *modelo de busca autónoma*, onde o que mais conta é a «vocação» e os «capitais culturais» acumulados. Noutra via - de *dessocialização relativamente ao mundo do trabalho* - distinguem-se outros dois modelos: entre jovens orientados por uma forte ética convivalista e de diversão

parece predominar um *modelo de diferimento* que os leva a prolongar o mais possível a fase de juventude e a desfrutar das delícias da condição juvenil (enquanto estudantes, consumidores, namorados, etc.); entre jovens com dificuldades de obtenção de emprego, parece predominar um *modelo de exclusão* onde os mecanismos de precariedade social tendem a agravar-se, e o desemprego a tornar-se num fenómeno de longa duração.

Nos modelos de *busca autónoma* e de *diferimento*, um número apreciável de jovens abraça o mundo das artes. Num Inquérito recentemente realizado aos jovens artistas portugueses, encomendado ao Instituto de Ciências Sociais pelo Clube Português de Artes e Ideias há interessantes dados sobre este universo, nomeadamente sobre os desempenhos artísticos, as representações da actividade artística, a formação do talento e da socialização artística, as condições de trabalho e os serviços de apoio à actividade artística.

4.4. Estratégias conjugais

Esta é uma das áreas mais carentes de investigação. O alongamento do período de transição dos jovens para a vida adulta tem sido justificado em função do prolongamento dos percursos escolares e da crescente precariedade laboral. Em contrapartida, possíveis novas estratégias conjugais encontram-se insuficientemente estudadas. É provável que novas estratégias de valorização pessoal e profissional possam implicar um diferimento do casamento a a adopção de modos de vida mais autónomos. A coabitação parece configurar-se entre jovens de classes médias como uma etapa intermédia entre o abandono da casa dos pais e a constituição de uma nova família. Por outro lado, há alguns dados que sugerem que, no caso das raparigas situadas nos extremos da hierarquia social, a entrada para a vida adulta se efectua mais através do casamento do que da inserção profissional.

O inquérito de Loures (1993) explorou a adesão dos jovens a diferentes modelos de família (modelos *simétrico*, *assimétrico atenuado* e *assimétrico*). Os resultados apontam para uma clara adesão dos jovens ao *modelo simétrico*, uma vez que 80% defendem que «na família o ideal é que tanto o homem como a mulher tenham uma actividade profissional e que ambos cuidem dos filhos e partilhem as tarefas domésticas».

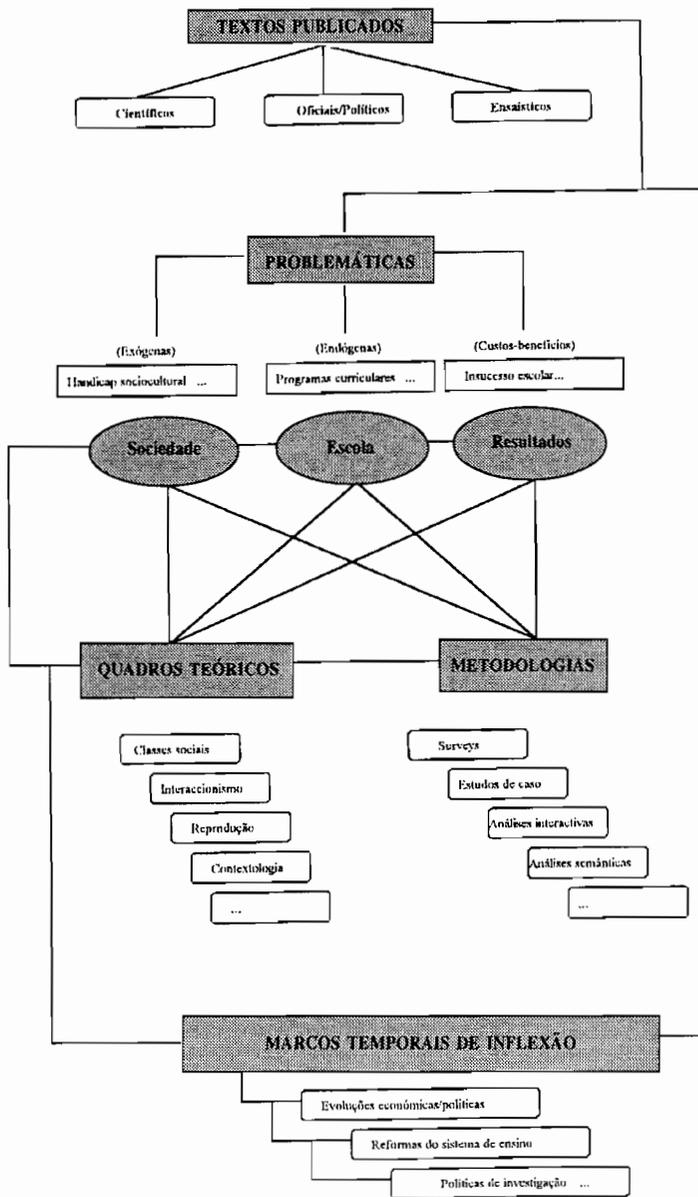
5. Síntese

Depois do quadro panorâmico traçado pode-se dizer que em Portugal há um importante *marco temporal de inflexão das problemáticas, quadros teóricos e metodologias* na produção sociológica sobre jovens escolarizados (Quadro nº 2). Trata-se, como vimos, da revolução de Abril de 1974 que, ao pôr fim a um regime de características ditatoriais, abriu novos horizontes à investigação e à reforma do sistema de ensino. As Ciências Sociais, até então, viviam na clandestinidade, por serem consideradas perigosas, ao questionarem a realidade social. Ao mesmo tempo, avança-se para a democratização do ensino, num país com a maior taxa de analfabetismo da Europa Ocidental. No *Estado Novo* (1926-1974), o sistema educativo estava orientado para a formação de cidadãos passivos, ordeiros e fiéis ao regime. Com a revolução de Abril de 1974 luta-se por uma gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, funcionando alguns em regime cooperativo; os programas curriculares são alterados; os sistemas de avaliação privilegiam uma maior participação dos alunos em trabalho de grupo; o ensino técnico-profissional é abolido, em favor de uma via única de ensino secundário, mais democratizante.

Uma visão retrospectiva sobre os *textos publicados* permite dar conta de alguns efeitos dessas mudanças, nomeadamente: um alongamento da escolaridade, um aumento dos efectivos escolarizados, a elevação das aspirações escolares profissionais. Reforça-se a dependência da inserção profissional em relação ao nível de qualificação escolar e a escala de correspondência entre graus (de ensino) e postos (de trabalho), como o provam alguns dos vários Inquéritos realizados ao longo da última década.

Mas eis que se descobre que a *massificação* do ensino é um caminho para a *exclusão*. Os dados são elucidativos. Por exemplo, dos alunos matriculados no 1º ano da escolaridade em 1982/83, verifica-se que, nove anos passados (1990/91), apenas 27% chegaram ao fim com sucesso; 36% reprovaram uma ou mais vezes e 37% abandonaram. Proliferam então as *problemáticas* de estudo centradas em torno dos factores de exclusão: a) os factores *exógenos* (handicap sociocultural, analfabetismo histórico, subdesenvolvimento económico e cultural) são considerados a partir das *teorias da reprodução* e das *classes sociais* concluindo-se que são os jovens mais humildes os que mais precocemente abandonam o sistema de ensino; b) os factores *endógenos* são avaliados principalmente a partir de *perspectivas teóricas interaccionistas e estudos de casos*: evidenciam-se deficiências de relacionamento entre professores e alunos, infraestruturas pouco interactivas, etc. Novos desafios pedagógicos são

Quadro 2



lançados (projectos “learning to learn”, acompanhamento de alunos em risco, curriculuns alternativos, etc.).

Quais os factores determinantes do insucesso escolar? Os endógenos ou exógenos? As *análises semânticas* dos textos produzidos sugerem um mundo de incertezas. Mas uma coisa parece certa: a escola, por si só, não gera nem elimina as desigualdades sociais; a massificação (de acesso) não se traduz em democratização (de sucesso). Os *resultados*, esses sim falam por si, espelhando preocupantes trajectórias de abandono. O sistema de ensino passa então a ser avaliado a partir de uma análise económica de tipo «custos-benefícios». O insucesso escolar é visto a partir de uma *nova problemática* que aponta para as deficiências de gestão do sistema de ensino. A finais dos anos 80 começam a proliferar os cursos de Administração Escolar e Organização e Gestão de Ensino. Desenvolve-se então uma «sociologia de gabinete», radicada no Ministério de Educação, com uma produção apreciável de relatórios (*textos oficiais/políticos*) cujos autores encarnam mais o papel de técnicos do que de sociólogos.

A bibliografia recenseada entre 1985 e 1995 mostra, de forma inquestionável, que as trajectórias escolares se encontram dependentes de múltiplos factores. As perspectivas de investigação desenvolvidas ao longo da última década têm procurado contemplar essa multifactorialidade, muito embora subsistam lacunas importantes de investigação e de integração das perspectivas adoptadas.

Finalmente, a análise da bibliografia seleccionada sugere que as retóricas científicas são permeáveis aos «pânicos morais» mais badalados pelos *mass media*, como se pôde observar através do incremento da produção científica, na segunda metade da década, em torno das «condutas de risco» dos jovens. Resta saber se outros aspectos menos badalados da condição juvenil não necessitarão de um maior esforço de pesquisa científica. As formas de transição para a vida adulta divergem de forma significativa segundo as origens e os destinos de classe dos jovens. Em Portugal, contudo, pouca atenção tem sido dada às trajectórias de exclusão social que muitos jovens sentirão, por razões de natureza étnica ou por diferenças regionais ou de género.

Notas

- 1 A presente pesquisa desenvolveu-se no âmbito do projecto «Les approches sociologiques de la jeunesse scolarisée en Europe», coordenado por Régine Boyer, do *Institut National de Recherche Pédagogique*, de Paris, e no qual participaram, para além do autor, os seguintes investigadores: A. Green e Tom Green (London University, Institute of Education), H.

Meuleuman (Universidade de Colónia) e J. Zinnecker (Universidade de Siegen). O projecto, que se iniciou em Setembro de 1994, beneficiou do apoio da União Europeia (DG XXII) e de investimentos desenvolvidos no âmbito do projecto «Gerações, Valores e Modos de Vida», apoiado pela Junta Nacional de Investigação Científica). No recenseamento bibliográfico colaboraram Consuelo Leite e Susana Clemente, estudantes da Licenciatura de Sociologia do ISCTE.

- 2 Como se disse, esse recenseamento contou com a colaboração de Consuelo Leite e Susana Clemente, estudantes da Licenciatura de Sociologia do ISCTE. À bibliografia desse modo seleccionada juntaram-se as obras que eram de meu conhecimento. A bibliografia finalmente reunida não é, evidentemente, exaustiva. Agradeço, antecipadamente, todas as indicações que me permitam actualizar e alargar a bibliografia entretanto seleccionada.

José Machado Pais. Professor Convidado do ISCTE e Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.